

# ALCOOLISMO E VIOLÊNCIA EM FAMÍLIA: FUGINDO DAS ARMADILHAS DA SIMPLIFICAÇÃO

---

*Daniella Borges Ribeiro<sup>1</sup>*  
*Edinete Maria Rosa<sup>2</sup>*  
*Maria Lúcia Teixeira Garcia<sup>3</sup>*

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa é analisar a vivência da violência entre os casais em que pelo menos um membro é alcoolista<sup>4</sup>. O estudo envolveu usuários do Programa de Atendimento ao Alcoolista (PAA/ HUCAM/ UFES) que iniciaram o tratamento em 2004 e seus cônjuges (144 sujeitos). Realizamos uma pesquisa documental nos prontuários desses indivíduos para verificarmos se havia registros sobre a ocorrência de violência doméstica. Os sujeitos foram divididos em três grupos: grupo A (sem registro de violência nos prontuários), grupo B (com registro de violência nos prontuários) e grupo C (encaminhados ao PAA devido às ações violentas). Para a análise dos dados utilizamos análise estatística descritiva e análise de conteúdo. Foram entrevistados dois casais de cada grupo. Dos 12 entrevistados, dois associaram a violência somente ao consumo de álcool; dois não estabeleceram essa ligação e oito apontaram, para além do uso indevido do álcool, fatores macro e microssociais. Os dados apontam para a necessidade da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficazes para o enfrentamento da violência.

**PALAVRAS-CHAVE:** família, violência, políticas públicas.

---

<sup>1</sup> Assistente Social e Mestranda em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>3</sup> Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>4</sup> Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq.

## **Introdução**

Estudar o tema “família” não é uma tarefa fácil, principalmente pela necessidade de não cairmos na armadilha de abordar o assunto a partir dos valores e crenças que incorporamos no decorrer de nossa própria história. A família, via de regra, é representada pela sua função de prover afeto, aprendizado, cuidado, entre outros. No entanto, tais expectativas são possibilidades, e não garantias, no ambiente doméstico (CARVALHO, 2003). A família assume, assim, uma relação contraditória entre a sua “função” de prover afetos e cuidados e a possibilidade de oprimir os seus membros como, por exemplo, através da prática da violência doméstica.

Neste estudo, a violência será entendida como uma relação hierárquica entre os sujeitos, com fins de dominação, de exploração e de opressão, além de uma ação que trata o outro como um objeto e não um sujeito (CHAUÍ, 1985).

Segundo Olarte e Llosa (2000), a violência no âmbito familiar pode ser classificada como: física, psicológica e sexual. A violência física diz respeito à ação ou omissão que coloca em risco ou causa dano à integridade física de uma pessoa. A violência psicológica refere-se à ação ou omissão que visa a degradar, dominar, humilhar outra pessoa, controlando seus atos, comportamentos, crenças e decisões. Já o termo “violência sexual” é utilizado para designar atos de força em que uma pessoa obriga a outra a manter relação sexual contra sua vontade (TELES; MELO, 2002).

Em relação à violência conjugal, é preciso ressaltar que mesmo podendo ser alvo da violência cometida por mulheres, os homens têm maior probabilidade de serem vítimas de pessoas estranhas ou pouco conhecidas, enquanto que as mulheres têm maiores chances de serem vítimas de membros de suas próprias famílias ou de seus parceiros íntimos (DAY et al, 2003). A questão da violência no âmbito familiar torna-se um tema ainda mais complexo quando falamos da “violência em lares de alcoolistas”, tendo em vista que essas famílias sofrem um pesado estigma social, pois passam a ser vistas como famílias “desestruturadas”, “fonte de todos os males”, “raiz da violência”.

É partindo dessa premissa que abarcamos em nosso estudo a articulação entre os fatores macro e microssociais para o entendimento da propagação da violência no âmbito familiar (AZEVEDO, 1985). A

autora propõe entender a violência a partir de dois conjuntos de fatores: os condicionantes (resumidos na opressão perpetrada pelo sistema capitalista e tudo o que reproduz essa opressão) e os precipitantes (o uso das substâncias psicoativas, o estresse, dentre outros).

Estudos experimentais feitos por Fagan (apud MINAYO; DESLANDES, 1998, p.38) mostram o abuso de álcool como responsável pelo aumento da agressividade entre os usuários. No entanto,

[...] apesar de evidências empíricas, há muita incerteza quanto às explicações causais. Uma questão que não está suficientemente explicada é se a presença de álcool ou drogas nos eventos violentos permite inferir que eles tenham afetado o comportamento das pessoas envolvidas. Noutras palavras, não é possível saber se essas pessoas em estado de abstinência não teriam cometido as mesmas transgressões. (MINAYO; DESLANDES, 1998, p.38)

Assim, é preciso destacar que o álcool tanto pode ser usado antes como depois dos eventos violentos. Minayo e Deslandes (1998, p.40) apontam que muitas vezes as substâncias são utilizadas como desculpas para a prática da violência, para diminuir a responsabilidade pessoal. Outros as usam para simplesmente alterarem o juízo crítico. Assim, enxergar o uso de substâncias psicoativas como responsáveis pela violência sem articulá-las a outros fatores acaba não dando conta da dimensão do problema.

A dimensão unicausal torna-se ainda mais complexa quando falamos das relações de gênero. Collins e Messerschmidt (1993), por exemplo, concluíram que o uso de álcool pelo homem apresentou-se como um significativo fator de risco para a violência entre marido e mulher, contudo o uso por mulheres não foi detectado como um fator de risco nas relações de violência entre os parceiros. Nesse sentido, cabe a seguinte pergunta: porque as mulheres alcoolistas, de uma forma geral, não praticam violência contra os homens? (SAFFIOTI, 1994).

Segundo Saffioti (1994), a violência cometida pelo homem contra a mulher não pode ser dissociada das relações que foram historicamente construídas entre os gêneros. Assim, o uso de bebidas alcoólicas não seria suficiente para explicar a ocorrência do fenômeno, pois as mulheres alcoolistas, mesmo sob o efeito do álcool, raramente agredem seus companheiros.

Sendo a violência doméstica o resultado de vários fatores

articulados entre si, não podemos deixar de destacar o caráter fragmentário das políticas públicas destinadas a trabalhar com tal questão. Ao não se articularem os vários serviços fundamentais, deixa-se de oferecer o recurso necessário para o rompimento dessa relação (SAFFIOTI, 1994).

Todavia, não podemos esquecer que vivemos num contexto social no qual o Estado se configura como um Estado mínimo, que parece não querer dar conta de sua função de garantir e assegurar serviços de proteção. Assim, não podemos deixar de destacar que “a família, ela própria, carece de proteção para processar proteção” (CARVALHO, 2003, p. 19). Nessa perspectiva, a família não deve ser considerada como “culpada” pelos atos violentos de seus membros, visto que ela não se encontra isolada no mundo, estando, antes, inscrita nele.

Podemos verificar, dessa forma, que o crescimento da violência é hoje um dos assuntos que mais preocupa a população mundial. Dessa forma, esta pesquisa objetiva analisar a vivência da violência que acontece dentro dos lares, entre os casais em que pelo menos um deles é alcoolista.

## **Metodologia**

Estudo prospectivo envolvendo cônjuges e usuários que iniciaram o tratamento no Programa de Atendimento ao Alcoolista – PAA/HUCAM/UFES no ano de 2004. Foi realizada uma pesquisa documental na agenda do programa, com o objetivo de registrar todos os usuários que ingressaram no PAA no ano de 2004 e o número de seus prontuários. Após esse primeiro levantamento, acessamos os prontuários e fizemos o registro em uma ficha cadastral elaborada a partir de alguns dados que nos interessavam, como: dados pessoais do usuário, data de ingresso no PAA, dados referentes à situação familiar e registros de casos de violência física, psicológica e/ou sexual entre os casais.

Constatou-se a presença de 328 novos usuários no programa no ano de 2004. Destes, 36 prontuários não foram encontrados pelo Serviço de Arquivo Médico e Estatístico do HUCAM (SAME), 157 eram casados ou viviam em união estável, 67 eram solteiros, oito eram viúvos e 60 encontravam-se separados ou divorciados. Dos 157 sujeitos casados ou em união estável (sujeitos da pesquisa), quatro foram excluídos

da pesquisa por apresentarem, segundo o registro médico, alteração de memória e/ou algum transtorno psiquiátrico e nove estavam com dados de identificação incompletos. Dessa forma, o estudo envolveu em um primeiro momento 144 sujeitos divididos em três grupos: Grupo A: sem registro de violência no prontuário; Grupo B: com registro de práticas e/ou sofrimento de violência no prontuário; Grupo C: encaminhados ao PAA devido a práticas violentas.

Definidos os grupos, elaboramos um roteiro de entrevista contendo dezoito perguntas referentes ao atendimento recebido no PAA, às relações familiares e ao uso do álcool, à violência sofrida ou cometida na família e sobre os serviços que já haviam acessado para resolver a situação de violência. De posse do roteiro, realizamos um pré-teste através do sorteio de um sujeito da pesquisa. Mostrando-se adequado o roteiro, definimos uma amostra aleatória de dois casais de cada grupo (A, B e C), totalizando 6 casais. Foram adotados os seguintes critérios para a entrevista: o paciente e o cônjuge deveriam concordar em participar da pesquisa e não ter sido atendidos pela pesquisadora no PAA durante o seu tratamento.

Optamos por realizar a entrevista com a díade para não perdermos de vista aspectos singulares de cada sujeito e para abordarmos o tema numa perspectiva que englobe tanto os homens quanto as mulheres. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas através da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Todos os voluntários foram informados sobre o objetivo da pesquisa anuentes em relação à autorização através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (VICTORIA; KNAUTH; HESSEN, 2000).

A seguir, faremos uma análise estatística descritiva dos 144 sujeitos envolvidos na pesquisa. Logo após, faremos uma análise das entrevistas, suprimindo os dados de identificação dos sujeitos, sendo os entrevistados identificados por letras (A, B ou C) correspondentes à divisão desses indivíduos nos grupos, seguidos por números e pelas letras M ou F correspondendo aos sexos.

## Resultados

A idade dos usuários variou de 40-49 anos (38,9%, Tabela 1), idade média usual para chegada ao tratamento para alcoolismo (SCHUCKIT, 1984) e idade média dos pacientes em tratamento no PAA/HUCAM/UFES (GARCIA; MACIEIRA, 2003). Houve também um predomínio de indivíduos do sexo masculino (92,4%). Esse dado está de acordo com a literatura, que indica uma prevalência de alcoolismo no sexo masculino variando de 4:1 a 22:1 e a dificuldade das mulheres em buscar tratamento, principalmente devido ao estigma social que incide sobre elas (RAMOS; BERTOLOTE, 1999).

Dos sujeitos pesquisados, 83,2% procediam da Região Metropolitana de Vitória (Cariacica, Viana, Vila Velha, Vitória, Serra e Guarapari); 15,4% são do interior do Estado e 1,4% são provenientes de outros Estados, ou seja, encontram-se distantes do local de tratamento.

O deslocamento de pessoas oriundas do interior do Espírito Santo e até mesmo de outros Estados ocorre em face da precariedade de recursos de saúde desses municípios ou regiões. No Espírito Santo, por exemplo, as organizações não-governamentais, principalmente os grupos de Ajuda Mútua, estão presentes em quase todos os municípios: em 38 deles, é o único recurso existente (DRIUSSO; SILVA; GARCIA, 2002).

Quanto ao nível de escolaridade, observa-se que em 43% dos prontuários pesquisados não havia registro sobre o grau de escolaridade dos usuários, fato que merece maior atenção dos profissionais. Nos prontuários em que havia tal registro houve uma prevalência de indivíduos que possuem o 1º grau incompleto (34,7%).

Observamos que em relação à situação funcional, os dados apontam que os sujeitos encontram-se majoritariamente no mercado de trabalho informal (32%) e desempregados (25%). Masur e Porto (1982) demonstram que o alcoolismo é a 3ª causa para o afastamento do trabalho em todo o país. Dessa forma, o alcoolista acaba sendo alijado temporária ou definitivamente do mercado de trabalho, principalmente pela incapacitação resultante de complicações clínicas trazidas pelo álcool. Esse dado também reflete a diminuição da oferta de emprego no Brasil, a expulsão do mercado formal de trabalho, a busca por atividades autônomas e a dificuldade enfrentada para superar o desemprego.

Tabela 1 – Dados de Identificação

Variáveis		Número	Percentual (%)
Idade	De 20 a 29	6	4,2%
	De 30 a 39	38	26,4%
	De 40 a 49	56	38,9%
	De 50 a 59	35	24,3%
	De 60 a 69	9	6,2%
Sexo	Masculino	133	92,4%
	Feminino	11	7,6%
Procedência	Vitória	37	25,7%
	Cariacica	32	22,2%
	Serra	30	20,8%
	Vila Velha	11	7,6%
	Viana	8	5,5%
	Domingos Martins	3	2,1%
	Alfredo Chaves	3	2,1%
	Alonso Cláudio	2	1,4%
	Div. São Lourenço	2	1,4%
	Guarapari	2	1,4%
	Marechal Floriano	2	1,4%
	Aracruz	1	0,7%
	Colatina	1	0,7%
	Ecoporanga	1	0,7%
	Iúna	1	0,7%
	Itarana	1	0,7%
	Pancas	1	0,7%
	Santa Leopoldina	1	0,7%
	São Mateus	1	0,7%
	Muniz Freire	1	0,7%
	Venda Nova	1	0,7%
Outros Estados (Bahia, Minas Gerais)	2	1,4%	
Escolaridade	Analfabeto	6	4,2%
	1º grau completo	10	7%
	1º grau incompleto	50	34,7%
	2º grau completo	11	7,6%
	2º grau incompleto	2	1,4%
	3º grau completo	3	2,1%
	Sem registro de escolaridade	62	43%
Situação Funcional	Inseridos no Mercado Informal	46	32%
	Desempregados	36	25%
	Inseridos no Mercado Formal	29	20,1%
	Aposentados	15	10,4%
	Trabalhador Rural	11	7,6%
	Em benefício na Previdência Social	7	4,9%

Em relação ao uso de outros tipos de drogas, verificamos que em 91 prontuários (63,2%) havia o registro do uso dessas substâncias e em 53 (36,8%) não havia esse dado. Dessa forma, 87 indivíduos (60,4%) faziam o uso associado do álcool e tabaco, e 4 sujeitos (3,1%) utilizavam drogas ilícitas e bebida alcoólica. Em um estudo feito por Garcia e Macieira (2003), constatou-se que 70% dos usuários atendidos no Programa de Atendimento ao Alcoolista fazem uso associado do álcool e tabaco. É importante destacar que existem estudos que apontam que indivíduos com problemas com a bebida tendem duas ou três vezes mais a fumar do que aqueles que não têm esse problema (EDWARDS, 1999).

Dos 144 prontuários analisados, verificou-se que em 127 (88,2%) não havia anotações sobre a ocorrência da violência doméstica. Em 17 (11,8%) havia registros levantados através dos atendimentos individuais, sendo que oito sujeitos foram encaminhados ao programa devido a práticas violentas, e nove relataram ao técnico a vivência da violência em seus lares. Esse fato leva-nos ao seguinte questionamento: será que nesses lares (88,2%) não existe a prática de ações violentas? Ou será que há uma dificuldade tanto dos profissionais quanto dos sujeitos em relatar tal vivência? Tais questões não apresentam relações nítidas com os objetivos desta pesquisa, mas são por si mesmas relevantes social e cientificamente, apontando a necessidade de estudos posteriores.

Em relação aos entrevistados, devemos salientar que dos seis casais entrevistados, três residem na capital, Vitória, dois no município de Serra e um em Viana. A idade variou entre 42 e 64 anos, idade usual para procura de tratamento em virtude progressiva manifestação de sintomas e de problemas, seja de saúde, familiares, financeiros ou até mesmo com a justiça, decorrente do abuso do álcool (SCHUCKIT, 1984). Entre as esposas, a idade variou entre 35 e 56 anos.

Em relação à escolaridade observamos a presença de um casal que possui o Ensino superior completo, três com o Ensino Fundamental incompleto, um casal em que a mulher possui o Ensino Médio completo e o homem o Ensino Fundamental incompleto e um casal em que a mulher completou o Ensino Fundamental e o homem o Ensino Médio. Quanto à situação funcional, verificamos que em dois casos o casal é o responsável pelo provimento financeiro da família. Em duas situações é do homem que provém a sustentação econômica do lar, ficando a cargo



da esposa as tarefas domésticas e não-remuneradas. E em dois casos as mulheres são quem assume a responsabilidade econômica do lar, o que suscita embates e discussões dentro do lar sobre os papéis desempenhados, fato gerador de conflitos e que necessita de constantes esforços do casal e tentativas de negociações.

Ao serem questionados sobre o que é violência, os entrevistados ressaltaram alguns pontos fundamentais. O reconhecimento da violência contra o outro (relacional) ocorreu em 11 dos 12 entrevistados. Apenas dois sujeitos conceituaram a violência para além de seu aspecto domiciliar (privado), destacando a violência social e a violação de direitos. Uma outra forma de reconhecer a violência foi através da morte, ou seja, a eliminação do outro. Um sujeito apontou a falta de opções do que ter para fazer como um fator desencadeante da violência. Já C1f conceituou a violência como algo horrível destacando o sentimento de alguém que já vivenciou as várias facetas da violência, tanto dentro como fora do lar. Um sujeito relatou não ter idéia do que seja violência, o que repercutirá na forma como ele trata o problema e C2m conceitua a violência como falta de respeito de uns com os outros.

Dos 12 sujeitos entrevistados, dois associaram a violência somente ao consumo de álcool (B1m e B2m), dois não estabeleceram essa ligação. Assim, C1m apontou como fator desencadeante da violência ser acusado de coisas que não fez e a traição e C2m destacou a desobediência. Os outros oito indivíduos apontaram, para além do uso indevido do álcool, outros fatores: questões estruturais (desemprego, baixos salários, condições precárias de trabalho), a intolerância para receber críticas (A1m), problemas psíquicos (doenças mentais) e a ação que é inata ao homem (e, neste caso, A1f entende que algumas pessoas já nascem violentas, para), aborrecimento, nervosismo (A2m), o sentimento de ciúmes, os outros tipos de drogas e a prática de jogos (A2f), o uso de outros tipos de drogas, o nervosismo e a traição (B1f), sentir-se contrariado (B2f), os problemas da rua (extrafamiliares) que são levados para casa e o nervosismo (C1f), o uso de outros tipos de drogas, a falta de compreensão, de amor e de respeito (C2f). Esse fato é corroborado pela literatura que aponta que o uso das substâncias psicoativas funciona como um fator precipitante que, articulado a outras situações, podem resultar na prática da violência. Nesse sentido, é preciso destacar que existem famílias em que sujeitos bebem sem nunca terem se tornado violentos (AZEVEDO, 1985; MINAYO; DESLANDES, 1998).

Podemos destacar que a violência conjugal envolveu a violência contra a mulher na maioria dos casos. Dos seis casais entrevistados, todas as mulheres relataram terem sofrido algum tipo de violência e três homens relataram terem sido vítimas de agressões (A1m, C1m, B2m). Não desconhecemos, portanto, que os homens também sofrem violência no âmbito familiar, e que muitas vezes por vergonha de tal situação acabam não relatando tais casos. Muitos estudos, porém, têm apontado que tal fato ocorre em proporção extremamente inferior à violência que acomete as mulheres (ALMEIDA, 1998).

Dos que relataram terem sofrido algum tipo de violência, houve uma ênfase maior para as formas de violência física e psicológica com o depoimento de 5 sujeitos:

“Assim de violência, da gente sair, beber, depois se agredir em palavras e de filho também se intrometer na história e acabar apanhando junto...” (A1f)

“... sai, bebe, acaba discutindo, né? Começa tudo bem... daí a pouco vai tapa, volta tapa e a gente nem sabe muito bem porquê...” (A1m)

“Ele pegava tudo quanto é tipo dessas coisas que machucava, que... falava em me matar, falava que eu tinha outra pessoa... Já me machucou muitas vezes, já me bateu... me botava pra fora, alta hora da noite... a gente ia buscar ele na porta do bar, ele xingava a gente todinho... perto de todo mundo.” (A2f)

“Briga de boca... quando ele bebia ele me batia, me tocava pra fora, já arrancou sangue de mim.” (B1f).

“Nós já brigamos, nos agarramos... Ela me traiu... (C1m).

Entre os entrevistados, um indivíduo relatou ter vivenciado a agressão física, psicológica e sexual (essa ocorreu na infância e quando trabalhava como empregada doméstica durante um assalto).

“porque eu fui violentada de menina... eu fui para a casa dessa senhora... a casa dela foi invadida, então eu fui violentada pela segunda vez. ...Ele já tentou dar uma ‘cabada’ de vassoura... ele jogou uma faca...ele fica a noite toda xingando..”. (C1f).

Os sujeitos C2f, B2m e B2f apontaram a vivência da violência psicológica:

“Às vezes a gente tem... aquele bate boca. (...) Muitas vezes ele falava coisas que deixava a auto-estima da gente lá em baixo, né?” (C2f).

“Eu discutia, falava alto, xingava. Mas, nunca toquei a mão nos meus filhos, na minha esposa, em ninguém, né?” (B2m).

“Só discussão, né? Mais partir pro tapa, não...” (B2f).

Dessa forma, apesar de reconhecerem terem sofrido e/ou praticado a agressão, a violência psicológica é por muitas vezes em suas falas reconhecida como um mal menor, não sendo necessária a intervenção. A violência psicológica é usada, na maioria das vezes, com o objetivo principal de fragilizar os sujeitos, fazendo com que diminua a auto-estima, a confiança em si mesmo, deixando-os com menos possibilidades de se proteger, menos seguros de seu valor e mais propensos a aceitarem a condição de vítimas, razão pela qual esse tipo de agressão não pode ser considerado como menos importante.

Dos 12 entrevistados, três (B1m, A2m, C2m) não relataram terem sofrido violência em seus lares: B1m relatou ter agredido a esposa, mas não aparece no seu relato que sofreu algum tipo de agressão. C2m aponta discussões em casa, mas não deixa explícito se foi alvo de alguma agressão. Já os relatos de A2m não foram reafirmados por sua esposa, que disse já ter sofrido agressões e revidado o abuso cometido pelo companheiro:

(...) Tinha vez que eu voava nele. ...ultimamente eu já não agüentava mais, aí eu voava, ou sou eu ou é você, agora nós vamos brigar! E eu avançava. Eu batia, apanhava... (A2f).

Um dado importante é que o relato dos entrevistados aponta para o sofrimento e/ou práticas de agressões contínuas (A1m, A1f, A2f, B1f, B2m, B2f, C1m, C1f, C2m, C2f). Assim, em 10 dos relatos podemos perceber claramente a ocorrência de agressões, sejam físicas e/ou psicológicas por várias vezes. Muitos autores afirmam que a violência de gênero se dá de forma cíclica, com fases que podem ser definidas em: tensão relacional, momento de violência aberta, arrependimento e lua-de-mel. Os espaços de convívio sem a prática da violência vão-se tornando mais restritos, o que pode levar a um final fatal (TELES; MELO, 2002).

A violência conjugal trouxe prejuízos para toda a família e in-

clusivo para quem compõe a rede de relações sociais do indivíduo agressor. Dos 12 entrevistados, um relatou a violência contra os vizinhos e sete afirmaram que as agressões envolveram os filhos (ocorrendo em um caso o abuso sexual). É interessante destacar que muitas vezes essa forma violenta de agir com os filhos é vista como uma forma de educação com o objetivo de correção. Esses atos tendem a ser vistos como naturais e são repetitivos, já que o agressor não considera tal ação como uma violência contra o outro, o que é extremamente prejudicial à vida desses sujeitos (GUERRA, 1985).

No que se refere à ação dos profissionais do Programa de Atendimento ao Alcoolista, frente à situação de violência conjugal, devemos destacar que dos 12 entrevistados apenas quatro relataram para esses profissionais a vivência da violência em seus lares. Desses, dois foram encaminhados ao PAA devido a práticas violentas, e nos outros dois casos essas informações constava nos prontuários.

No que se refere ao recurso utilizado para superar e/ou impedir os atos de violência, podemos destacar que apenas dois sujeitos (duas mulheres) procuraram algum serviço formal para lidar com o problema. Uma procurou a Delegacia de Mulheres e a outra o Serviço Social do local onde trabalha. A baixa incidência é corroborada pela literatura, que afirma ser ainda irrisório o número de vítimas que denunciam a agressão sofrida (AZEVEDO, 1985).

A baixa procura pelos serviços existentes ocorreu face ao desconhecimento de serviços confiáveis para lidar com a questão, à dificuldade de relatar a situação, à percepção individual sobre violência ou até mesmo pela consciência do risco que correm, pois não há garantias do Estado de que serão protegidos (as) caso façam a denúncia. Devemos destacar também que o isolamento social é um fator de risco para a violência contra qualquer membro da família. É necessária a formação de redes com vizinhos, amigos, parentes e instituições que apoiem os indivíduos.

### **Considerações Finais**

Podemos perceber que a violência nos lares, como uma das manifestações da questão social, necessita de um olhar especial capaz de captar para além das aparências que transforma o fenômeno numa

prática corriqueira e “natural”. Para tanto, torna-se necessária a desmistificação da família como uma instituição sagrada, um ninho de proteção e carinho, pois essa concepção pode esconder os conflitos existentes. É preciso, dessa forma, reconhecer esse espaço como um lugar não só de proteção, mas também de conflitos. Nesse sentido, cabe salientar a dificuldade que as pessoas possuem para relatar a vivência da violência, seja pela vergonha de demonstrar os problemas existentes na família, por medo, pela concepção que possuem sobre o que é violência e até mesmo pelo sentimento de culpa. Assim, apontamos a necessidade de entendermos melhor esse processo, para que as associações reducionistas não tenham lugar.

Alguns relatos dos entrevistados sobre a vivência da violência conjugal assumiram uma perspectiva ampla que envolveu a articulação de vários fatores para a eclosão da violência, ou seja, eles conseguiram captar o fenômeno como multifacetado, complexo. Nesse sentido, é necessário olhar o fenômeno a partir de uma perspectiva de gênero, tendo em vista que esse conceito deixa mais explícito o fato de que a violência não é inata ao ser humano, mas foi construída historicamente ao se definirem papéis diferenciados para homens e mulheres, conforme nos aponta Saffioti (1994). Além disso, devemos ter cuidado para não cairmos na armadilha de associarmos diretamente drogas e violência, pois essa é uma das formas mais comuns nos dias atuais para se explicar o fenômeno. Essa idéia “simplista” contribui sobremaneira para a construção de outro tipo de violência, que é a da rotulação dos indivíduos que possuem problemas com o uso indevido de bebidas alcoólicas, sem lembrar que muitos bebem sem jamais terem se tornado violentos e que a história desses sujeitos não se resume ao ato de beber: eles são e fazem muito mais que isso. São pessoas inseridas numa totalidade social, conectadas com as situações sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade, sofrendo portanto todas suas influências.

Podemos verificar também que a política brasileira de enfrentamento à violência doméstica ainda é caracterizada pela intervenção após a ocorrência do fato, pela denúncia, ou seja, são poucos os casos que são de conhecimento dos profissionais se considerarmos que poucas pessoas denunciam o abuso sofrido, o que se reflete na intervenção profissional. Além disso, a interferência nos casos revelados se pautam no cuidado primordial à vítima e não à família, o que deve ser refletido, pois observa-se que toda a família é abalada pelo fenôme-

no. Todavia, destacamos que as políticas de intervenção na família não devem ser dissociadas das políticas macrossociais, dado que as intervenções desenvolvidas somente no âmbito familiar não dão conta de enxergar a totalidade e têm as suas ações mais preocupadas com a aparência do fenômeno, deixando intacta a raiz do problema.

Nesse sentido, devemos salientar que a Constituição prevê a assistência à família por parte do Estado, como mecanismo de prevenção à violência doméstica em seu parágrafo 8º, artigo 226: “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 1988). Contudo, como já afirmamos, essa assistência quase sempre chega quando os direitos já foram violados; por isso, sua função não deixa de ser tardia em um tipo de ação que causa graves conseqüências.

Assim, é fato constatar que entre o que está na Lei e o que realmente acontece há uma distância considerável. Contudo, as leis devem ser consideradas um importante instrumento para a reivindicação. Podemos questionar: como um Estado que adota medidas neoliberais pode dar conta da problemática? Pensamos ser este o desafio: lutar para que medidas eficazes de investimento em pesquisas, combate, prevenção e proteção contra a violência sejam realizadas.

### **ALCOHOLISM AND VIOLENCE: AVOIDING SIMPLIFICATION TRAPS**

**ABSTRACT:** The objective of this research is to analyse the presence of violence between couples that at least one of them is an alcoholic. The study involved people from the PAA (Alcoholic assistance programme) – who began treatment in 2004 – and their partners (144 subjects). A study of individuals files was made in order to determine the presence of any incidents of violence. These were divided into three groups: group A (no reports of violence in the files), group B (violence reported in the files) and group C (referred to the PAA as a result of acts of violence). Descriptive statistics and analysis of the data was implemented. Two couples from each group were interviewed. Of the 12 people surveyed, 2 attributed the violence exclusively to alcohol consumption; 2 made no link with its use, and 8 indicated, besides the excess use of alcohol, macro and micro social factors. The data highlights the necessity of formulation, implementation and assessment of effective public policies to deal with this problem.

**KEYWORDS:** Family, violence, public policies

## Referências

- ALMEIDA, S. S. de. Femicídio: algemas (in) visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- AZEVEDO, M. A et al. Mulheres espancadas: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa Ed. 70, 1977.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CARVALHO, M. do C. B. de. O lugar da família na política social. In: \_\_\_\_\_. A família contemporânea em debate. 5 ed. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2003. p. 15-22.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, R. et al (Org.). Perspectivas antropológicas da mulher 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores A.S, 1985. p. 23-62.
- COLLINS, J; MESSERSCHIMDT, P. Epidemiology of alcohol related violence, Health and Research World, p. 93 – 100, 1993.
- DAY, V.P. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v.25, n.1,p.9-21, 2003.
- DRIUSSO, J. F; SILVA, J. A; GARCIA, M. L. T. Levantamento das instituições de dependência química na região Metropolitana da Grande Vitória e Pólo Cachoeiro. 2002. Monografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.
- EDWARDS, G. O tratamento do alcoolismo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GARCIA, M.L.T. Relações conjugais e conjugação de conflitos: o cotidiano de mulheres de alcoolistas. 1995. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1995).
- GARCIA, M.L; MACIEIRA, M.S. Adesão ao tratamento entre alcoolistas- PAA-HUCAM-UFES. Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal. Vitória, 2003.
- GUERRA, V. N. A. Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas. São Paulo: Cortez, 1985.
- MANSUR, J; PORTO, J. R. Alcoolismo. Ciência Hoje, São Paulo, v.1, n.2, 1982.
- MINAYO, M. C. de S; DESLANDES, F. S. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.35-42, 1998.
- OLARTE, E. G; LLOSA, P. G. A pobreza pode causar violência doméstica? Algumas respostas de Lima. In: MORRISON, A. R; BIEHL, M.L. (Org.). A Família ameaçada: violência doméstica nas Américas. Banco Interamericano de Desenvolvimento/ Fundação Getúlio Vargas. 2000. p. 49-61.
- RAMOS, S.P; BERTOLOTE, J.M. Alcoolismo hoje. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 1999.
- SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil Contemporâneo. In: SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. M. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994. p.

Ribeiro, Daniella B; Rosa, Edinete M.; Garcia, Maria L. T. *Alcoolismo e violência em família...*

151- 185.

SCHUCKIT, M. Abuso de álcool e drogas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

TELES, M. A. A.; MELO, M. de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2002.

VICTORIA, A. G; KNAUTH, D. R; HESSEN, M.N.A. Ética. In: \_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Editorial Tomo, 2000. cap.7, p. 79-89.